

Nosso trabalho
você vê todo dia.

Nossos resultados
você vê nas próximas
páginas.

Demonstrações Financeiras e Relatório
da Administração da Eletrobras Eletropar

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

(Valores expressos em milhares de reais, exceto os mencionados em contrário)

Senhores Acionistas,

A Administração da Eletrobras Participações S.A. – ELETOPAR, em conformidade com as disposições legais e estatutárias, submete à apreciação de Vossas Senhorias as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2012, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes, datado de 26 de março de 2013, e do Parecer do Conselho Fiscal, datado de 26 de março de 2013, bem como breve relato dos fatos mais relevantes que marcaram a gestão no ano de 2012.

ATIVIDADE OPERACIONAL

A ELETOPAR, criada pela Lei nº 9.163, de 15 de dezembro de 1995, sob a denominação social de Light Participações S.A. – LIGHTPAR, é uma Sociedade por Ações de Capital Aberto, controlada das Centrais Elétricas Brasileiras S.A. – ELETOBRAS, vinculada ao Ministério de Minas e Energia, tendo por objeto social principal a participação no capital social da Eletropaulo – Eletropaula de São Paulo S.A. e de outras sociedades.

A Companhia vem apresentando boa saúde econômico-financeira caracterizada pela ausência de endividamento financeiro e alta liquidez e rentabilidade, como se identifica a seguir:

	2012	2011
Liquidez Geral	3,22	1,92
Liquidez Corrente	16,56	12,59
Endividamento total sobre Ativo	11,57%	16,77%
Retorno do Patrimônio Líquido	8,25%	11,71%
Margem Líquida	96,70%	116,9%

Em relação ao Tribunal de Contas da União (TCU) e à Controladoria Geral da União (CGU-Regional/RJ), foram cumpridas todas as obrigações relacionadas com a elaboração do Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna – PAINT, do Relatório Anual de Atividades de Auditoria Interna RAIN, tendo sido a ELETOPAR dispensada da Prestação de Contas (TCU) relativa aos exercícios de 2010, 2011 e 2012 nos termos da DNs nºs. 110/2010, 117/2011 e 124/2012. Já o relatório de gestão do exercício de 2012, deverá ser apresentado conforme DN nº 119/2012.

O resultado positivo do exercício veio se verificando nos lucros auferidos ao longo das Demonstrações Financeiras Intermediárias apresentadas em 2012, finalizando com um lucro líquido de R\$ 13.335.

PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS

A posição dos investimentos da ELETOPAR, em 31/12/2012, apresentou a seguinte composição:

EMPRESA	TIPO	QUANTIDADE	PARTICIPAÇÃO (%)
CTEEP ¹	PN	999.663	0,65
Eletropaulo ²	PNB	2.095.644	1,25
EMAE ³	PN	523.911	1,42
Energias do Brasil ⁴	ON	1.485.678	0,31
CPFL Energia ⁵	ON	1.703.600	0,18

¹ Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista S.A. – CTEEP

² Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S.A. – ELETROPAULO

³ Empresa Metropolitana de Águas e Energia S.A. – EMAE

⁴ EDP Energias do Brasil S.A. – ENERGIAS DO BRASIL

⁵ CPFL Energia S.A. – CPFL ENERGIA

As participações nas investidas CTEEP e EMAE são avaliadas pelo método da equivalência patrimonial pelo fato da controladora da ELETOPAR, a ELETOBRAS, possuir participação nas mesmas empresas que as caracteriza como coligadas.

Nas demais investidas foi realizada a mensuração, através da aplicação do método do valor justo, conforme definições contidas no Pronunciamento Técnico CPC 38 – Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração, dado que tais participações possuem cotação de mercado. A contrapartida decorrente de tal avaliação é reconhecida como resultado abrangente, sendo registrada no Patrimônio Líquido, na rubrica de Ajuste de Avaliação Patrimonial.

Apresentamos a seguir o valor justo dos ativos financeiros classificados como disponíveis para venda:

	2012	2011
Eletropaulo	35.206	76.491
Energias do Brasil	18.556	20.552
CPFL Energia	36.456	44.328
	90.218	141.371

NEGÓCIO ELETRONET

A conclusão das obrigações e dos direitos da Companhia com relação à Eletronet S.A. está subordinada à conclusão do processo de falência com continuidade do negócio, em curso perante à 5ª Vara de Falência e Concordata, dados os recursos ainda pendentes de julgamento.

Maiores detalhes são apresentados na nota explicativa nº 7, às Demonstrações Financeiras de 2012.

COMPOSIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL

O capital social é de R\$ 118.054, dividido em 11.764.889 (onze milhões, setecentos e sessenta e quatro mil, oitocentos e oitenta e nove) ações ordinárias nominativas, escriturais e sem valor nominal.

A composição acionária assim se apresenta, em 31 de dezembro de 2012:

	QUANTIDADE DE ACIONISTAS	AÇÕES	
		Quantidade	(%)
ELETOBRAS	1	9.848.901	83,71
Minoritários	28.857	1.915.988	16,29
Total	28.858	11.764.889	100,00

O valor patrimonial das ações representativas do Capital Social, em 31 de dezembro de 2012, é de R\$ 13,74 por ação. Em 31 de dezembro de 2011, o valor patrimonial foi de R\$ 17,40, por ação. A redução do valor patrimonial por ação se deu em função da queda do valor mercado das investidas avaliadas como disponíveis para venda.

RELACIONAMENTO COM O MERCADO DE CAPITAIS

O relacionamento com os investidores e analistas do mercado de capitais, bem como de instituições financeiras, foi realizado pelo Diretor Superintendente e de Relações com Investidores. O atendimento aos acionistas foi efetuado pelo Banco Bradesco, como instituição financeira depositária das ações, e pela própria ELETOPAR.

A seguir, o quadro contendo resumo das negociações ocorridas na BOVESPA:

1. Mercado à Vista (lote-padrão)

	2012	2011
Quantidade	27.400	20.400
Volume (R\$)	1.362.606,00	968.817,00
Nº de negócios	147	105
Fechamento (R\$ / ação)	50,00	48,82

2. Mercado Fracionário

	2012	2011
Quantidade	1.773	1.654
Volume (R\$)	87.325,32	77.440,66
Nº de negócios	134	154
Fechamento (R\$ / ação)	49,90	49,00

3. Mercado a Termo

	2012	2011
Quantidade	5.000	2.000
Volume (R\$)	254.772,61	102.144,54
Nº de negócios	8	6

RESULTADO DO EXERCÍCIO

O resultado da ELETOPAR é composto, dada sua condição de empresa de participações, por rendimentos auferidos dos investimentos em participações societárias mantidas em sua carteira e das aplicações no Fundo Extramercado do Banco do Brasil (aplicação obrigatória definida em lei).

A ELETOPAR apresentou no exercício de 2012, lucro líquido no valor de R\$ 13.335, inferior em 43,6% ao apresentado no exercício social anterior, quando a empresa atingiu o valor de R\$ 23.655.

As Receitas Totais de 2012, no montante de R\$ 19.940, resultantes das Participações Societárias mantidas pela Companhia e das aplicações no Fundo Extramercado, foram 27,8% inferiores àquelas auferidas no exercício social de 2011, estas no montante de R\$ 27.618.

BALANÇOS PATRIMONIAIS

(em milhares de Reais)

ATIVO		31/12/2012	31/12/2011
CIRCULANTE	Nota		
Caixa e equivalentes de caixa	5	63.804	71.695
Remuneração dos investimentos	6	946	2.624
Ativos fiscais a compensar	8	945	811
Outros		21	21
		65.716	75.151
NÃO CIRCULANTE			
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO			
Ativos fiscais a compensar	8	2.741	2.376
Depósitos judiciais	11	1.743	1.651
		4.484	4.027
INVESTIMENTOS	9	113.178	163.992
IMOBILIZADO		33	47
INTANGÍVEL		12	7
		117.707	168.073
TOTAL DO ATIVO		183.423	243.224
PASSIVO			
CIRCULANTE			
Remuneração aos acionistas	13	3.194	5.618
Contas a pagar	10	401	228
Tributos e contribuições sociais		153	226
Obrigações estimadas		220	29
		3.968	6.101
NÃO CIRCULANTE			
Provisões para riscos fiscais	11	1.697	1.608
Imposto de renda e contrib. social diferidos	12	16.075	33.466
		17.772	35.074
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	13		
Capital social		118.054	118.054
Reserva legal		2.991	2.325
Dividendo adicional proposto		9.581	16.854
Ajustes de avaliação patrimonial		31.057	64.816
		161.683	202.049
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		183.423	243.224

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

O rendimento decorrente das participações societárias é composto pelo resultado de equivalência patrimonial (das investidas CTEEP e EMAE) e pelos dividendos e juros sobre o capital próprio distribuídos pelas demais investidas (Eletropaulo, EDP Energias e CPFL) que são avaliadas ao valor justo por meio do patrimônio líquido.

Apresentamos a seguir a composição das receitas no exercício social de 2012:

Gráfico 1: Composição da Receita Operacional

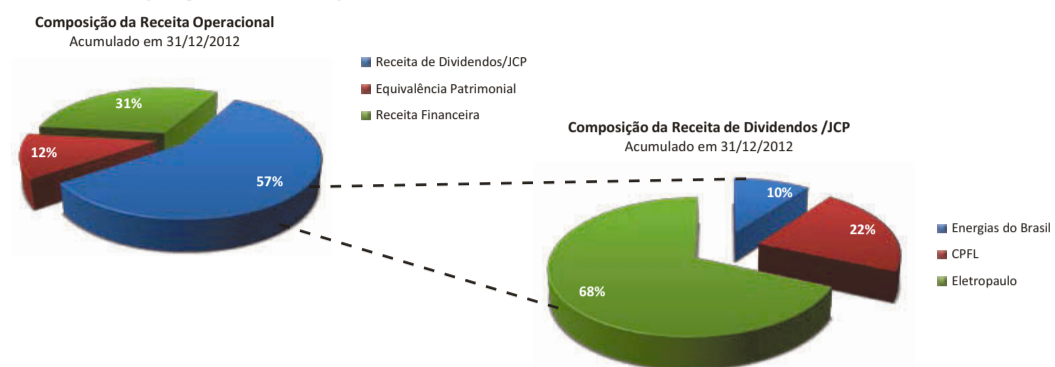


Gráfico 2: Comparativo 2012 versus 2011 - Receitas Totais

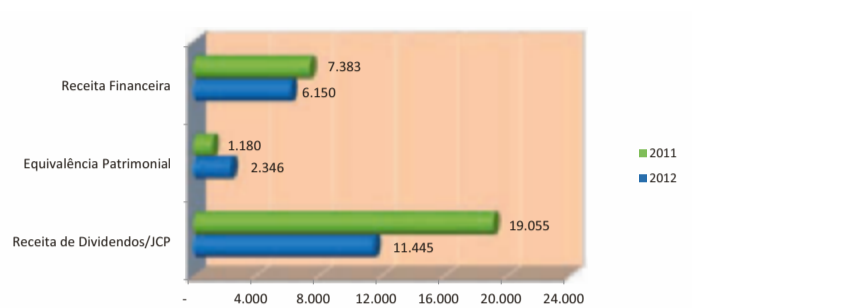
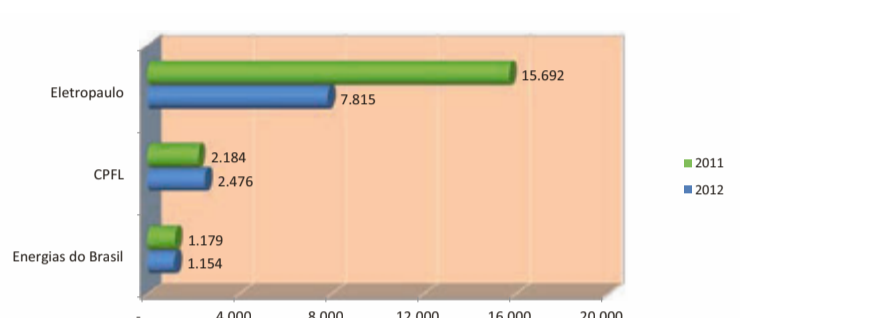


Gráfico 3: Comparativo 2012 versus 2011 - Receita de Dividendos/JCP por investida



O Resultado Financeiro em 2012, no montante de R\$ 5.120, que reflete, principalmente, os rendimentos das aplicações no Fundo Extramercado do Banco do Brasil, apresentou redução de 22,21% quando comparado ao apurado no exercício de 2011, cujo valor foi de R\$ 6.583. Tal efeito pode ser explicado por dois fatores: a queda no volume de aplicações (devido à queda no recebimento de dividendos e juros sobre o capital próprio de nossas investidas) e na taxa Selic que remunera o fundo extramercado.

Em relação às Despesas Operacionais, que alcançou o montante de R\$ 5.072, em 2012, observa-se um aumento na ordem de 163,41%, em relação ao exercício de 2011, quando seu valor foi de R\$ 1.925. Importante ressaltar que no ano de 2011, foi reconhecido o montante líquido de R\$ 2.345, referente à reversão de provisões. Assim, caso tal reversão não tivesse sido realizada as despesas operacionais em 2011 totalizariam R\$ 4.270. Ou seja, a comparação do montante de despesas operacionais do exercício de 2012 com o de 2011 (ajustado sem o efeito da reversão líquida) mostraria um crescimento na ordem de 23,65%.

PRINCIPAIS INDICADORES

A seguir, os principais indicadores econômicos e financeiros da ELETOPAR, relativos ao exercício de 2012, comparados com os de 2011:

	2012	2011
Receitas Operacionais	13.790	20.235
Receitas Financeiras	6.150	7.383
Receita Total	19.940	27.618
EBITDA (R\$ Mil)	8.732	18.323
Lucro Líquido (R\$ Mil)	13.335	23.655
Margem EBITDA (%)	63,32	90,55
Margem Líquida (%)	96,70	116,90
Lucro Por Ação – Básico e Diluído (R\$)	1,13354	2,0108

DESTINAÇÃO DO LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO

A Administração da ELETOPAR, com base no artigo 189 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, na Lei nº 11.638/2007 e na Lei nº 11.941/09, propõe a distribuição de dividendos equivalentes a 100% (cem por cento) do lucro líquido ajustado do exercício, equivalente a R\$ 1,08584 por ação. Esse valor será atualizado com base na taxa Selic a partir de 01/01/2013, até a data do efetivo início de pagamento. Sobre a parcela referente à atualização pela taxa Selic incidirá IRRF.

Nos termos da Interpretação Técnica ICPC 08, o montante que foi reconhecido como obrigação em 31 de dezembro de 2012, representa o mínimo obrigatório definido no estatuto da Companhia, que monta em R\$ 3.194 (no valor de R\$ 0,27146 por ação). O restante, no valor de R\$ 9.581 (no valor de R\$ 0,81438 por ação), está classificado em conta específica do Patrimônio Líquido, na rubrica Dividendo Adicional Proposto, até que a Assembleia Geral Ordinária se manifeste sobre o assunto.

Lucro Líquido do Exercício	13.335
(-) Reserva legal	(667)
Lucro Líquido Ajustado	12.668
(+) Dividendos prescritos	107
Saldo a distribuir	12.775

Proposta de destinação do resultado:		Dividendo p/ ação
Dividendo mínimo obrigatório (25%)	3.194	0,27146
Dividendo adicional proposto	9.581	0,81438
	12.775	1,08584

AUDITOR INDEPENDENTE

Nos termos da Instrução CVM nº 381, de 14 de janeiro de 2003, destacamos que a Companhia passou a utilizar os serviços de auditoria independente fornecidos pela PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes, a partir de março de 2009, que incluem a auditoria de suas demonstrações contábeis, bem como a revisão de informativos contábeis, para um período de 5 (cinco) anos. A Companhia desde então não possui com os referidos Auditores nenhum outro contrato de prestação de serviços que não o referente aos próprios serviços de Auditoria Independente. A política de atuação da Companhia, quanto à contratação de serviços não-relacionados à auditoria junto à empresa de auditoria externa, se fundamenta nos princípios que preservam a independência do auditor independente.

AGRADECIMENTOS

Finalizando, agradecemos a confiança e o apoio dos Senhores Acionistas, bem como a dedicação e o empenho de todos os que, direta ou indiretamente, contribuíram para o sucesso da gestão da ELETOPAR, neste exercício.

Rio de Janeiro, 26 de março de 2013.

A Administração

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO

(em milhares de Reais)

	2012	2011
RECEITAS OPERACIONAIS		
Dividendos	10.332	17.697
Juros sobre capital próprio	1.112	1.358
Participação societária	2.346	1.180
	13.790	20.235
DESPESAS OPERACIONAIS		
Pessoal/honorários	(2.353)	(2.090)
Participação nos lucros de empregados e administradores	(412)	(176)
Materiais e produtos	(77)	(78)
Viagens, condução e treinamento	(173)	(123)
Serviços de terceiros	(963)	(495)
Propaganda e publicidade	(597)	(861)
Tributos e contribuições	(321)	(280)
Aluguel, condomínio e IPTU	(80)	(71)
Reversão (Provisões) operacionais	-	2.345
Outras	(97)	(96)
	(5.073)	(1.925)
RESULTADO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO	8.717	18.310
RECEITAS (DESPESAS) FINANCEIRAS		
Receitas financeiras	6.150	7.383
Despesas financeiras	(1.030)	(800)
	5.120	6.583
RESULTADO FINANCEIRO	5.120	6.583
RESULTADO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	13.837	24.892
Imposto de renda e contribuição social	(502)	(1.237)
	13.335	23.655
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	13.335	23.655
LUCRO POR AÇÃO		
Básico e Diluído	1,13354	2,01080

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE

(em milhares de Reais)

	2012	2011
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	13.335	23.655
Ganhos (perdas) decorrentes da avaliação ao valor justo de investimentos disponíveis para venda em sociedades não controladas e sem influência significativa	(51.150)	19.815
(-) IR/CS diferidos sobre avaliação ao valor justo	17.391	(6.737)
Outros resultados abrangentes - coligadas	-	(147)
TOTAL DO RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO	(20.424)	36.586

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

(em milhares de Reais)

	CAPITAL SOCIAL	RESERVA LEGAL	DIVIDENDO ADICIONAL PROPOSTO	AJUSTE DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL	LUCROS ACUMULADOS	TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
Em 31 de dezembro de 2010	118.054	1.142	8.161	51.885	-	179.242
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	23.655	23.655
Avaliação ao valor justo de instrumentos financeiros	-	-	-	13.078	-	13.078
Aprovação do dividendo adicional pela AGO	-	-	(8.161)	-	-	(8.161)
Outros resultados abrangentes - coligadas	-	-	-	(147)	-	(147)
Destinação do Resultado:						
Constituição de Reserva Legal	-	1.183	-	-	(1.183)	-
Dividendo adicional proposto	-	-	16.854	-	(16.854)	-
Dividendo mínimo obrigatório	-	-	-	-	(5.618)	(5.618)
Em 31 de dezembro de 2011	118.054	2.325	16.854	64.816	-	202.049
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	13.335	13.335
Avaliação ao valor justo de instrumentos financeiros	-	-	-	(33.759)	-	(33.759)
Aprovação do dividendo adicional pela AGO	-	-	(16.854)	-	-	(16.854)
Dividendos prescritos	-	-	-	-	107	107
Destinação do Resultado:						
Constituição de Reserva Legal	-	667	-	-	(667)	-
Dividendo adicional proposto	-	-	9.581	-	(9.581)	-
Dividendo mínimo obrigatório	-	-	-	-	(3.194)	(3.194)
Em 31 de dezembro de 2012	118.054	2.992	9.581	31.057	-	161.683

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

(em milhares de Reais)

	01/01/12 a 31/12/12	01/01/11 a 31/12/11
ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Lucro líquido do exercício	13.335	23.655
Ajustes para reconciliar o lucro líquido com o caixa gerado pelas operações:		
Depreciação e amortização	15	13
Resultado de participações societárias	(2.346)	(1.180)
Provisões	-	(2.383)
Baixa de imobilizado	3	-
Sub total	11.007	20.105
(Acréscimos) decréscimos nos ativos operacionais		
Remuneração dos investimentos	(10.182)	(21.562)
Ativos fiscais a compensar	(500)	2.329
Outros créditos	-	(1.620)
	(10.682)	(20.853)
Acréscimos (decrécimos) nos passivos operacionais		
Remuneração aos acionistas	-	5.618
Tributos e contribuições sociais	(73)	(157)
Contas a pagar	173	(343)
Obrigações estimadas	192	16
Provisão para riscos fiscais	-	77
	293	5.212
Fluxos de caixa das atividades operacionais	617	4.462
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Pagamento de dividendos	(22.472)	(16.499)
Outros	107	-
Fluxos de caixa das atividades de financiamento	(22.365)	(16.499)
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS		
Aquisição de ativo imobilizado	(9)	(13)
Dividendos recebidos	13.866	25.068
Fluxos de caixa das atividades de investimentos	13.857	25.055
Aumento (redução) no caixa e equivalentes de caixa	(7.891)	13.018
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	71.695	58.677
Caixa e equivalentes de caixa no fim do período	63.804	71.695
Aumento (redução) no caixa e equivalentes de caixa	(7.891)	13.018

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO

(em milhares de Reais)

	01/01/12 a 31/12/12	01/01/11 a 31/12/11
1 - RECEITAS	-	-
2 - INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	(1.892)	(1.640)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(1.892)	(1.640)
Provisões operacionais	-	2.345
	(1.892)	705
3 - VALOR ADICIONADO BRUTO	(1.892)	705
4 - RETENÇÕES	(15)	(13)
Depreciação, amortização e exaustão	(15)	(13)
5 - VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA EMPRESA	(1.907)	692
6 - VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA	6.150	7.383
Receitas Financeiras	6.150	7.383
Participações societárias, dividendos e juros sobre o capital próprio	13.790	20.235
	19.940	27.618
7 - VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR	18.033	28.310
8 - DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	2.447	1.887
Remuneração direta	2.447	1.887
Impostos, Taxas e Contribuições	1.141	1.898
Remuneração do capital de terceiros	1.110	870
Remuneração do capital próprio:		
Lucros retidos	10.141	18.037
Dividendos	3.194	5.618
	18.033	28.310

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto os mencionados em contrário)

NOTA 1 – INFORMAÇÕES GERAIS

A Eletrobrás Participações S.A. - ELETROPAR é uma sociedade por ações, controlada pela Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - ELETROBRAS, foi criada em 29 de janeiro de 1996, pela Lei nº 9.163, de 15 de dezembro de 1995, em decorrência da cisão da LIGHT – Serviços de Eletricidade S.A., possui sua sede na cidade do Rio de Janeiro e tem por objeto social a participação societária na Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S.A. - ELETROPAULO e em outras sociedades.

Nessa condição, participa no capital social da Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S.A. - ELETROPAULO, da Energias do Brasil S.A. – ENERGIAS DO BRASIL, da Empresa Metropolitana de Águas e Energia S.A. – EMAE, da CPFL Energia S.A. – CPFL Energia e da Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista S.A. - CTEEP, todas concessionárias de serviços públicos de energia elétrica no Estado de São Paulo, e também, da Eletronet S.A. – ELETRONET, sendo esta Sociedade de Propósito Específico, com atividades de transporte de sinais de informações e prestação de serviços de telecomunicações.

Vale registrar que a ELETROPAR continua inscrita no Programa Nacional de Desestatização – PND, nos termos do Decreto nº 1.836, de 14 de março de 1996.

A Administração da Companhia aprovou as Demonstrações Financeiras em 26 de março de 2013.

NOTA 2 – PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

2.1. Base de preparação

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos. As demonstrações financeiras foram preparadas e emitidas sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs).

2.2. Investimentos em coligadas

Uma coligada é uma entidade sobre a qual a Companhia possui influência significativa e que não se configura como uma controlada nem uma participação em um empreendimento sob controle comum ("joint venture"). Influência significativa é o poder de participar nas decisões sobre as políticas financeiras e operacionais da investida, sem exercer controle individual ou conjunto sobre essas políticas.

Os resultados, ativos e passivos das coligadas são incorporados às demonstrações financeiras com base no método de equivalência patrimonial, exceto quando o investimento é classificado como "mantido para venda", caso em que é contabilizado de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 31 - Ativos Não Correntes Mantidos para Venda e Operações Descontinuadas. Conforme o método de equivalência patrimonial, os investimentos em coligadas são inicialmente registrados pelo valor de custo e em seguida ajustados para fins de reconhecimento da participação da Companhia no lucro ou prejuízo e outros resultados abrangentes da coligada.

Qualquer montante que exceda o custo de aquisição sobre a participação da Companhia no valor justo líquido dos ativos, passivos e passivos contingentes identificáveis da coligada na data de aquisição é reconhecido como ágio. O ágio é acrescido ao valor contábil do investimento. Qualquer montante da participação da Companhia no valor justo líquido dos ativos, passivos e passivos contingentes identificáveis que exceda o custo de aquisição, após a reavaliação, é imediatamente reconhecido no resultado.

As exigências do Pronunciamento Técnico CPC 38 são aplicáveis para fins de determinação da necessidade de reconhecimento da perda por redução do valor recuperável com relação ao investimento da Companhia em uma coligada. Se necessário, o total do valor contábil do investimento (inclusive ágio) é testado para determinação da redução ao valor recuperável de acordo

com o Pronunciamento Técnico CPC 01(R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos, como um único ativo, através da comparação do seu valor recuperável (maior valor entre o valor em uso e o valor justo menos os custos para vender) com seu valor contábil. Qualquer perda por redução ao valor recuperável reconhecida é acrescida ao valor contábil do investimento. Qualquer reversão dessa perda por redução ao valor recuperável é reconhecida de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 01 (R1) na medida em que o valor recuperável do investimento é subsequentemente aumentado.

Quando a Companhia realiza uma transação com uma coligada, os lucros e prejuízos resultantes são reconhecidos apenas com relação às participações na coligada não relacionadas à Companhia.

2.3. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez com vencimentos originais de três meses ou menos, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

2.4. Instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos quando a Companhia for parte das disposições contratuais do instrumento.

Os ativos e passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo valor justo. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros (exceto por ativos e passivos financeiros reconhecidos ao valor justo no resultado) são acrescidos ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, se aplicável, após o reconhecimento inicial. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos imediatamente no resultado.

2.4.1. Ativos financeiros

Os ativos financeiros estão classificados nas seguintes categorias específicas: ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado, investimentos mantidos até o vencimento e ativos financeiros "disponíveis para venda". A classificação depende da natureza e finalidade dos ativos financeiros e é determinada na data do reconhecimento inicial. Todas as aquisições ou alienações normais de ativos financeiros são reconhecidas ou baixadas com base na data de negociação. As aquisições ou alienações normais correspondem a aquisições ou alienações de ativos financeiros que requerem a entrega de ativos dentro do prazo estabelecido por meio de norma ou prática de mercado.

Os ativos financeiros disponíveis para venda e os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos inicialmente pelo valor da transação e, posteriormente, avaliados pelo valor justo. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, pelo método da taxa efetiva de juros.

As variações no valor justo dos investimentos classificados como "disponíveis para venda", são reconhecidos no patrimônio líquido. A remuneração obtida de instrumentos de patrimônio líquido, classificados como disponível para venda, é reconhecida como receita, quando é estabelecido o direito de recebimento.

2.4.1.1. Baixa de ativos financeiros

A Companhia baixa um ativo financeiro apenas quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa provenientes desse ativo expiram, ou transfere o ativo, e substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade para outra empresa. Se a Companhia não transferir nem reter substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade do ativo financeiro, mas continuar a controlar o ativo transferido, a Companhia reconhece a participação retida e o respectivo passivo nos valores que terá de pagar. Se reter substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo da propriedade do ativo financeiro transferido, a Companhia continua reconhecendo esse ativo, além de um empréstimo garantido pela receita recebida.

Na baixa de um ativo financeiro em sua totalidade, a diferença entre o valor contábil do ativo e a soma da contrapartida recebida e a receber e o ganho ou a perda acumulado que foi reconhecido em "Outros resultados abrangentes" e acumulado no patrimônio é reconhecida no resultado.

Na baixa de um ativo financeiro que não seja em sua totalidade (por exemplo, quando a Companhia retém uma opção de recompra de parte de um ativo transferido ou retém participação residual que não resulte na retenção de substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade e a Companhia retém o controle), a Companhia aloca o valor contábil anterior do ativo financeiro entre a parte que ele continua a reconhecer devido ao envolvimento contínuo e a parte que ele não mais reconhece, com base no valor justo relativo dessas partes na data da transferência. A diferença entre o valor contábil alocado a parte que não é mais reconhecida e a soma da contrapartida recebida pela parte que não é mais reconhecida e qualquer ganho ou perda acumulado alocado e reconhecido em "Outros resultados abrangentes" é reconhecida no resultado. O ganho ou a perda acumulado reconhecido em "Outros resultados abrangentes" é alocado entre a parte que continua a ser reconhecida e a parte que não é mais reconhecida com base no valor justo relativo dessas partes.

2.5. Remuneração dos investimentos

Representa o valor a receber referente a dividendos e juros sobre o capital próprio decorrente das participações detidas pela Companhia.

2.6. Imobilizado

O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens. O custo histórico também inclui os custos de financiamento relacionados com a aquisição de ativos qualificadores, quando aplicável.

A depreciação de outros ativos é calculada usando o método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil estimada, como segue:

Máquinas e Equipamentos.....	10-15 anos
Direitos de Uso de Software	5 anos
Móveis, utensílios e equipamentos	3-8 anos

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício.

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável se o valor contábil do ativo for maior do que seu valor recuperável estimado.

Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o valor contábil e são reconhecidos em "Outros ganhos/(perdas), líquidos" na demonstração do resultado.

2.7. Reconhecimento de receita

A receita é mensurada pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber, deduzida de quaisquer estimativas de devoluções concedidas ao comprador e outras deduções similares.

2.7.1. Receita de dividendos e juros

A receita de dividendos de investimentos é reconhecida quando o direito do acionista de receber tais dividendos é estabelecido (desde que seja provável que os benefícios econômicos futuros deverão fluir para a Companhia e o valor da receita possa ser mensurado com confiabilidade).

A receita de ativo financeiro de juros é reconhecida quando for provável que os benefícios econômicos futuros deverão fluir para a Companhia e o valor da receita possa ser mensurado com confiabilidade. A receita de juros é reconhecida pelo método linear com base no tempo e na taxa de juros efetiva sobre o montante do principal em aberto, sendo a taxa de juros efetiva aquela que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros estimados durante a vida estimada do ativo financeiro em relação ao valor contábil líquido inicial desse ativo.

2.8. Provisões

As provisões são reconhecidas para obrigações presentes (legais ou presumidas) resultantes de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável.

O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no final de cada período de relatório, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação. Quando a provisão é mensurada com base nos fluxos de caixa estimados para liquidar a obrigação, seu valor contábil corresponde ao valor presente desses fluxos de caixa (em que o efeito do valor temporal do dinheiro é relevante).

Quando alguns ou todos os benefícios econômicos requeridos para a liquidação de uma provisão são esperados que sejam recuperados de um terceiro, um ativo é reconhecido se, e somente se, o reembolso for virtualmente certo e o valor puder ser mensurado de forma confiável.

2.9. Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos

As despesas de imposto de renda e contribuição social do período compreendem o imposto corrente e diferido. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido ou no resultado abrangente.

O encargo de imposto de renda e contribuição social, corrente e diferido, é calculado com base nas leis tributárias vigentes na data do balanço. Os impostos diferidos são reconhecidos usando-se o método do passivo sobre as diferenças temporárias, decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras.

2.10. Capital Social

As ações ordinárias e as preferenciais são classificadas no patrimônio líquido.

2.11. Distribuição de dividendos

A distribuição de dividendos para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras ao final do exercício, com base no estatuto social da Companhia. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas, em Assembleia Geral.

2.12. Apuração do resultado do exercício

O resultado é apurado pelo regime contábil de competência dos exercícios.

2.13. Demonstração do Valor Adicionado (DVA)

Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado período e é apresentada pela Companhia, conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas demonstrações financeiras individuais.

2.14. Normas novas, alterações e interpretações de normas que ainda não foram adotadas

Normas e interpretações cujas alterações entraram em 1º de janeiro de 2012:

- CPC 17 (R1) Contratos de construção;
- CPC 30 (R1) Receitas;
- CPC 35 (R2) Demonstrações separadas;
- CPC 40 (R1) Instrumentos financeiros: evidencição;
- ICPC 08 (R1) Contabilização da proposta de pagamento de dividendos;
- ICPC 09 (R1) Demonstrações contábeis individuais, demonstrações separadas, demonstrações consolidadas e aplicação do método de equivalência patrimonial.

Normas e interpretações cujas alterações entrarão em 1º de janeiro de 2013:

- CPC 18 (R2) Investimento em coligada, em controlada e em controlada em conjunto;
- CPC 19 (R2) Investimento em empreendimento controlado em conjunto;
- CPC 33 (R1) Benefício a empregados;
- CPC 36 (R3) Demonstrações consolidadas;
- CPC 45 Divulgação de participações em outras entidades;
- CPC 46 Mensuração do valor justo.

A Administração avaliou e entende que as normas e interpretações novas e as revisões das normas não impactam significativamente as demonstrações financeiras da Companhia.

NOTA 3 - GESTÃO DE RISCO FINANCEIRO

3.1. Fatores de Risco Financeiro

I – Risco de volatilidade no preço das ações

Considerando que a Companhia possui em sua carteira de investimentos participações societárias com cotação em bolsa de valores o risco surge das possíveis alterações nos valores de mercado dessas companhias investidas.

II – Risco de crédito das aplicações financeiras

As aplicações financeiras da Companhia são representadas pelo investimento em fundo extramercado mantido no Banco Brasil, instituição financeira de primeira linha e que apresenta boas taxas de avaliação de *rating*.

III – Risco de taxa de juros dos rendimentos das aplicações financeiras

As aplicações financeiras no fundo extramercado mantido no Banco do Brasil são remuneradas pela taxa média da Selic, e o risco surge das possíveis oscilações da referida taxa.

Análise de sensibilidade

	Cenário base	Cenário Provável	Cenário Remoto	Cenário Possível
Rendimento das Aplicações Financeiras	9,6%	8,0%	11,0%	9,0%
	6.150	5.732	7.882	6.449

3.2. Gestão de Capital

A ELETROBRAS, cuja participação no capital social da ELETROPAR é de 83,71%, é quem orienta as políticas de investimentos da Companhia. O capital na Companhia não é utilizado com fins especulativos, mas com o objetivo de remunerar seus acionistas. A Companhia não possui dívida com terceiros.

3.3. Estimativa do valor justo

A companhia adota a mensuração a valor justo de seus ativos e passivos financeiros. Valor justo é mensurado a valor de mercado com base em premissas em que os participantes do mercado possam mensurar um ativo ou passivo. Para aumentar a coerência e a comparabilidade, a hierarquia do valor justo prioriza os insumos utilizados na medição em três grandes níveis, como segue:

Nível 1. Mercado Ativo: Preço Cotado – Um instrumento financeiro é considerado como cotado em mercado ativo se os preços cotados forem prontamente e regularmente disponibilizados por bolsa ou mercado de balcão organizado, por operadores, por corretores, ou por associação de mercado, por entidades que tenham como objetivo divulgar preços por agências reguladoras, e se esses preços representarem transações de mercado que ocorrem regularmente entre partes independentes, sem favorecimento.

Nível 2. Sem Mercado Ativo: Técnica de Avaliação – Para um instrumento que não tenha mercado ativo o valor justo deve ser apurado utilizando-se metodologia de avaliação/apreçamento. Podem ser utilizados critérios como dados do valor justo corrente de outro instrumento que seja substancialmente o mesmo, de análise de fluxo de caixa descontado e modelos de apreçamento de opções. O objetivo da técnica de avaliação é estabelecer qual seria o preço da transação na data de mensuração em uma troca com isenção de interesses motivada por considerações do negócio.

Nível 3. Sem Mercado Ativo: Título Patrimonial – Valor justo de investimentos em títulos patrimoniais que não tenham preços de mercado cotados em mercado ativo e de derivativos que estejam a eles vinculados.

	31/12/12		
	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Ativos financeiros disponíveis para venda:			
Investimentos	90.218	-	-
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado:			
Aplicações financeiras	63.769	-	-
	153.987		
	31/12/11		
	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Ativos financeiros disponíveis para venda:			
Investimentos	141.370	-	-
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado:			
Aplicações financeiras	71.655	-	-
	213.025		

NOTA 4 – INSTRUMENTOS FINANCEIROS POR CATEGORIA

Os principais instrumentos financeiros, classificados de acordo com as práticas contábeis adotadas pela Companhia são, como segue:

	31/12/12		
	Ativos ao valor justo por meio do resultado	Disponível para venda	Total
Ativos conforme Balanço Patrimonial:			
Investimentos	-	90.218	90.218
Aplicações financeiras	63.769	-	63.769
	63.769	90.218	153.987
	31/12/11		
	Ativos ao valor justo por meio do resultado	Disponível para venda	Total
Ativos conforme Balanço Patrimonial:			
Investimentos	-	141.370	141.370
Aplicações financeiras	71.655	-	71.655
	71.655	141.370	213.025

NOTA 5 - CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Os saldos de caixa e equivalentes de caixa são mantidos junto ao Banco do Brasil S.A., nos termos da legislação específica para as Sociedades de Economia Mista sob controle federal, emanada do Decreto Lei nº 1.290, de 03 de dezembro de 1973, com as alterações decorrentes da Resolução nº 3.284, de 25 de maio de 2005, do Banco Central do Brasil, que estabeleceu novos mecanismos para as aplicações das empresas integrantes da Administração Federal Indireta.

As aplicações financeiras, de liquidez imediata, encontram-se em fundos de investimento financeiro - extramercado, que têm como meta a rentabilidade em função da taxa média da Selic.

O total de caixa e equivalentes de caixa encontra-se abaixo demonstrado:

	31/12/2012	31/12/2011
Caixa e Bancos	35	40
Aplicações Financeiras	63.769	71.655
	63.804	71.695

NOTA 6 – REMUNERAÇÃO DOS INVESTIMENTOS

	31/12/2012	31/12/2011
EDP – Energias do Brasil	346	348
Eletropaulo	600	807
CTEEP	-	1.469
	946	2.624

NOTA 7 – DIREITOS E OBRIGAÇÕES COM ELETRONET E EMPRESAS CEDENTES

Sob a coordenação da ELETROBRAS, as concessionárias CHESF, ELETRONORTE, ELETROSUL e FURNAS, denominadas EMPRESAS CEDENTES, desenvolveram o negócio de provimento de meios de transporte de sinais de informações, utilizando parte da sua infraestrutura e dos seus cabos de fibras ópticas. Dessa forma, viabilizaram não só a exploração do negócio de transporte de sinais de informações, como também a atividade de prestação de serviços de telecomunicações.

As EMPRESAS CEDENTES se associaram com a iniciativa privada e, também, com a ELETROPAR, que foi identificada como uma empresa da ELETROBRAS que apresentava a estrutura legal e estatutária compatível com os propósitos negociais que se pretendiam, e que seria a preposta daquelas junto ao sócio privado.

A ELETROPAR detém 49% do capital social da Eletronet S.A. e a sua atuação era repassar os rendimentos do negócio às EMPRESAS CEDENTES, cabendo-lhe somente a remuneração a título de administração e o ressarcimento de suas despesas por conta desse negócio. O sócio privado, porém, deixou de honrar com seus compromissos, o que culminou com o requerimento de falência com continuidade do negócio, no ano de 2003.

O requerimento de falência com continuidade do negócio está em trâmite junto a 5ª Vara Empresarial do Rio de Janeiro, cuja magistrada acolheu o pedido de confissão de falência, nos moldes requeridos pela autora, encontrando-se a administração da ELETRONET a cargo do Poder Judiciário. Diversos recursos foram interpostos pelas partes envolvidas, vários deles ainda pendentes de julgamento.

Cumprido ressaltar que, a Promotoria de Massas Falidas, em meados de 2007, declarou, nos autos do processo de falência, não existir qualquer indício de prática de crime falimentar e que a pretensão punitiva prescreveu em 5 de maio de 2007.

Em dezembro de 2009, a União Federal requereu o seu ingresso nos autos da falência. O Ministério Público se manifestou favorável à admissão da União Federal como interveniente no processo, tendo o M.M. Juiz admitido a mesma no feito naquela qualidade.

Nesta mesma época, as EMPRESAS CEDENTES ingressaram com uma Reclamação requerendo a imissão na posse dos bens da ELETRONET, cujo Relator deferiu o pedido de liminar concedendo às Reclamantes a pretensão almejada. O correspondente mandado foi cumprido no dia 15 de dezembro de 2009.

Entre o período mencionado anteriormente e a data de conclusão dessas demonstrações financeiras, não ocorreram movimentações relevantes no processo.

Os créditos junto à ELETRONET derivados do aluguel da infraestrutura e cabos de fibras ópticas, atualização monetária e juros sobre receita de aluguel de infraestrutura, diferidos no período compreendido entre fevereiro e novembro de 2002, além de multa por atraso de pagamento dos meses subsequentes, estão contemplados nesta rubrica. Além disso, os valores a receber das concessionárias, FURNAS, CHESF, ELETROSUL e ELETRONORTE, relativos à taxa de administração e ressarcimento de despesas operacionais, estão também classificados neste item.

	31/12/2012	31/12/2011
Contas a receber – Cedentes	13.674	13.674
Contas a receber – Eletronet	59.145	59.145
Obrigação com as Empresas Cedentes	(58.471)	(58.471)
Adiantamentos	(11.877)	(11.877)
Outros créditos a pagar	(1.121)	(1.121)
Contas a receber líquido	1.350	1.350
Provisão para perdas	(1.350)	(1.350)
	-	-

A ELETROPAR detém, em 31 de dezembro de 2012, créditos da ordem de R\$ 72.819, na qualidade de credora da ELETRONET, em nome das empresas cedentes, e débitos de R\$ 71.469 com as empresas cedentes, vinculados ao recebimento dos créditos.

A diferença entre os saldos ativos e passivos, que reflete a taxa de comissionamento de R\$ 1.350, foi integralmente provisionada.

NOTA 8 – ATIVOS FISCAIS A COMPENSAR

	31/12/2012	31/12/2011
IRRF sobre juros sobre capital próprio	178	269
IRRF sobre aplicações financeiras	1.220	900
IRRF – exercícios anteriores	2.288	2.018
	3.686	3.187
Circulante	945	811
Não Circulante	2.741	2.376
	3.686	3.187

A Companhia vem utilizando tais créditos de forma consistente desde o exercício social de 2010, fato que tem dado substância à caracterização do referido ativo conforme o Pronunciamento Técnico CPC 38 – Tributos sobre o Lucro.

Considerando a perspectiva de realização dos referidos créditos fiscais a Companhia apresenta a seguinte projeção:

	2013	2014	2015	2016	Total
Valor a ser utilizado	945	1.036	1.096	609	3.686

NOTA 9 - INVESTIMENTOS

A composição dos investimentos da ELETROPAR em 31 de dezembro de 2012 está distribuída da seguinte forma:

I – Empresas avaliadas pelo valor justo

	Valor de Mercado (disponível para venda)		Tipo	Quantidade	Participação (%)
	2012	2011			
Eletropaulo ¹	35.206	76.491	PNB	2.095.644	1,25
Energias do Brasil ²	18.556	20.552	ON	495.227	0,31
CPFL Energia ³	36.456	44.328	ON	1.703.600	0,18
	90.218	141.371			

¹ Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S.A. – ELETROPAULO

² EDP Energias do Brasil S.A. – ENERGIAS DO BRASIL

³ CPFL Energia S.A. – CPFL Energia

Em conformidade com o Pronunciamento Técnico CPC 38 – Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração, dado que tais participações possuem cotação de mercado, a Companhia passou a avaliar os referidos títulos patrimoniais em outras sociedades pelo seu valor justo (valor de mercado). A contrapartida decorrente de tal avaliação é reconhecida como resultado abrangente, sendo registrada no Patrimônio Líquido, na rubrica de Ajuste de Avaliação Patrimonial, dado que a Companhia classifica esses instrumentos financeiros como disponíveis para venda.

II – Empresas avaliadas pelo método de equivalência patrimonial

A ELETROPAR detém participações societárias, além daquelas descritas anteriormente, nas companhias mencionadas abaixo, as quais são avaliadas pelo método da equivalência patrimonial pelo fato de a controladora da ELETROPAR, a ELETROBRAS, possuir participação nas mesmas empresas o que as caracteriza como coligadas:

	Tipo	Quantidade	Participação (%)
CTEEP	PN	999.663	0,655
EMAE	PN	523.911	1,420

	Mutações dos Investimentos		
	CTEEP ⁴	EMAE	TOTAL
Saldo em 31/12/11	11.662	10.960	22.622
Ajuste de equivalência	4.123	(1.777)	2.346
(-) Dividendos/JCP	(2.008)	-	(2.008)
Saldo em 31/12/12	13.777	9.183	22.960

⁴ Patrimônio Líquido ajustado para adequação às políticas contábeis aplicadas nas Demonstrações Financeiras do Sistema Eletrobras.

Prorrogação das Concessões de Serviço Público de Energia Elétrica

As empresas investidas, CTEEP e EMAE, foram afetadas pelos termos definidos na Medida Provisória nº 579/11, convertida na Lei nº 12.783, em 11 de janeiro de 2013.

No que se refere a investida EMAE, a empresa possui o contrato 002/2004-ANEEL afetado pela nova regulamentação. Em 03 de dezembro de 2012, a investida divulgou fato relevante informando que em Assembleia Geral Extraordinária foi aprovada a assinatura do Termo Aditivo que prorroga o seu contrato de concessão.

Com relação à investida CTEEP, como consta na nota explicativa à suas demonstrações financeiras de 2012 (nota 1.2), a empresa realizou a assinatura do aditivo ao contrato de concessão nº 059/2001, com opção de recebimento da reversão, no valor de R\$ 2.891.291, da seguinte forma:

- 50% à vista, a ser paga em até 45 dias da data de assinatura do termo aditivo ao contrato de concessão, atualizado pelo IPCA;
- 50% em parcelas mensais, a serem pagas até o vencimento do contrato de concessão vigente na data de publicação da Portaria, ou seja, até 07 de julho de 2015, atualizadas pelo IPCA, acrescidas pelo Custo Médio Ponderado de Capital (WACC) de 5,59% real ao ano, a contar do primeiro dia do mês de assinatura do termo aditivo do contrato de concessão.

Em 31 de dezembro de 2012, a investida CTEEP possui registrado o valor de R\$ 1.490.986, equivalente aos ativos de transmissão anteriores a maio de 2000 (objeto da concessão afetada pela Medida Provisória nº 579/11, convertida na Lei nº 12.783/13). A determinação do valor efetivo de indenização desses ativos ocorrerá apenas após a homologação pelo órgão regulador. Considerando a participação da Companhia na referida investida, o montante é de R\$ 9.766.

III – Saldo total de investimentos em participações societárias

	31/12/2012	31/12/2011
Avaliados ao valor justo	90.218	141.370
Avaliados por equivalência patrimonial	22.960	22.622
	113.178	163.992

NOTA 10 – CONTAS A PAGAR

	31/12/2012	31/12/2011
Eletrobras	372	204
Hope Recursos Humanos S.A.	20	24
Outros	9	-
	401	228

II – Imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre os prejuízos fiscais do imposto de renda, a base negativa de contribuição social e as correspondentes diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações financeiras. As alíquotas desses impostos, definidas atualmente para determinação dos tributos diferidos, são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social.

A movimentação do passivo de imposto de renda diferido durante o exercício é a seguinte:

	Ganhos de valor justo
Saldo em 31/12/11	33.466
Creditado aos outros resultados abrangentes	(17.391)
Saldo em 31/12/12	16.075

NOTA 13 - PATRIMÔNIO LÍQUIDO

I – Capital Social

O Capital Social de R\$ 118.054 é composto de 11.764.889 (onze milhões, setecentos e sessenta e quatro mil, oitocentos e oitenta e nove) ações ordinárias nominativas, escriturais e sem valor nominal.

A composição acionária em 31 de dezembro de 2012 está assim representada:

	QUANTIDADE DE AÇÕES	
	Quantidade	Participação (%)
ELETOBRAS	1	83,7144
Minoritários	28.857	16,2856
	28.858	100,00

O valor patrimonial das ações representativas do Capital Social, em 31 de dezembro de 2012, é de R\$ 13,74 por ação (R\$ 17,40 por ação, em 31 de dezembro de 2011).

II - Remuneração aos acionistas

O estatuto da Companhia estabelece como dividendo mínimo obrigatório 25% do lucro líquido ajustado nos termos da legislação societária, respeitada a remuneração mínima para ações, respectivamente, do capital social relativo a esta espécie e classe de ações.

A proposta de remuneração aos acionistas referente ao exercício de 2012, no valor de R\$ 1,08584 por ação, corresponde a 100% do lucro líquido ajustado nos termos da Lei nº 6.404/76 acrescido dos dividendos prescritos referentes ao ano de 2009, e será atualizada com base na taxa Selic, estabelecida pelo Banco Central do Brasil, nos termos do decreto nº 2.673 de 16 de julho de 1998, que dispõe sobre o pagamento, pelas empresas estatais federais, de dividendos ou de juros sobre capital próprio.

A atualização incide a partir de 01 de janeiro de 2013 até a data do efetivo início do pagamento da remuneração, data esta a ser deliberada pela Assembleia Geral Ordinária que apreciará a presente Demonstração Financeira e a proposta de destinação do resultado deste exercício. Sobre a parcela referente à atualização monetária pela taxa Selic incidirá IRRF.

Nos termos da Interpretação Técnica ICPC 08, o montante que foi reconhecido como obrigação em 31 de dezembro de 2012, representa o mínimo obrigatório definido no estatuto da Companhia, que monta em R\$ 3.194 (no valor de R\$ 0,27146 por ação). O restante, no valor de R\$ 9.581 (no valor de R\$ 0,81438 por ação), está classificado em conta específica do Patrimônio Líquido, na rubrica Dividendo Adicional Proposto, até que a Assembleia Geral Ordinária se manifeste sobre o assunto.

Lucro Líquido do Exercício	13.335
(-) Reserva legal	(667)
Lucro Líquido Ajustado	12.668
(+) Dividendos prescritos	107
Saldo a distribuir	12.775

	Dividendo p/ ação	
Proposta de destinação do resultado:		
Dividendo mínimo obrigatório (25%)	3.194	0,27146
Dividendo adicional proposto	9.581	0,81438
	12.775	1,08584

NOTA 14 – LUCRO POR AÇÃO

Apresentamos a seguir o lucro por ação básico e diluído conforme os parâmetros definidos no Pronunciamento Técnico CPC-41 – Lucro por ação:

	31/12/2012	31/12/2011
Lucro atribuível aos acionistas da sociedade	13.335	23.655
Média ponderada do número de ações ordinárias (milhares)	11.764	11.764
Lucro básico e diluído por ação ordinária	1,13	2,01

NOTA 15 - PARTES RELACIONADAS

De acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 5 – Divulgação sobre Partes Relacionadas enquadram-se nesse conceito a transferência de recursos, serviços ou obrigações entre partes relacionadas, independente de haver ou não um valor alocado à transação.

As transações com partes relacionadas são realizadas pela Companhia em condições estritamente comutativas, observando-se preços e condições usuais de mercado e, portanto, não geram qualquer benefício indevido às suas contrapartes ou prejuízos à Companhia.

Conforme os conceitos definidos no referido pronunciamento do CPC, a ELETROPAR possui como partes relacionadas: sua controladora, coligadas e o pessoal-chave da administração. As transações mantidas com partes relacionadas são detalhadas nos itens a seguir:

I – Controladora

Os saldos decorrentes de transações mantidas com a Eletrobras são apresentados a seguir:

	31/12/2012	31/12/2011
PASSIVO		
Contas a pagar ⁵	372	204
Dividendos a pagar	3.048	4.703
	3.420	4.907

RESULTADO		
Gastos com pessoal requisitado	2.109	1.994
	2.109	1.994

II – Coligadas

CTEEP

ATIVO

	31/12/2012	31/12/2011
Remuneração dos investimentos	-	1.469
Participação Societária	13.777	11.622
	13.777	13.091

RESULTADO		
Resultado com participações societárias	4.123	1.761
	4.123	1.761

EMA E

ATIVO

	31/12/2012	31/12/2011
Participação Societária	9.183	10.960
	9.183	10.960

RESULTADO		
Resultado com participações societárias	(1.777)	(581)
	(1.777)	(581)

III – Eletronet e empresas cedentes

O detalhamento do relacionamento da Companhia com a Eletronet e as empresas cedentes é apresentado na nota explicativa nº 7.

IV – Remuneração do pessoal-chave da administração

O pessoal-chave da administração inclui os conselheiros de administração e fiscal, e diretores.

	31/12/2012	31/12/2011
Remuneração dos Diretores e dos Conselheiros	913	773
Encargos Sociais	283	256
Benefícios	34	51
	1.230	1.080

⁵ Os saldos dessa rubrica são decorrentes de valores a serem reembolsados à Eletrobras em função dos seguintes itens:
- Convênio firmado entre Eletrobras e Eletropar para utilização, pela Eletropar, da infra-estrutura administrativa da Eletrobras, contemplando os serviços de copa, segurança, limpeza e informática.
- Valores relacionados com o aluguel da sede administrativa da Eletropar, cujo espaço físico está sublocado pela Eletrobras à Eletropar, através de contrato firmado entre as partes.
- Saldos decorrentes de reembolso a ser efetuado à Eletrobras dos gastos com o pessoal requisitado pela Eletropar à Eletrobras.

Marcelo Lobo de Oliveira Figueiredo
Diretor Presidente

Jorge José Teles Rodrigues
Diretor Superintendente e de Relações com Investidores

Eduardo da Costa Ramos
Contador
CRC-RJ 091.422/O-9

Conselho de Administração

Marcelo Lobo de Oliveira Figueiredo
Presidente

Paulo Hermínio Duque Costa
Conselheiro

Carlos Alberto Policaro
Conselheiro

Conselho Fiscal

André de Sosa Vêrri
Presidente

Luiz Manoel Claro Soares
Conselheiro

Fernanda Elias Porto
Conselheira

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas
Eletrobrás Participações S.A. - ELETROPAR

Examinamos as demonstrações financeiras da Eletrobrás Participações S.A. - ELETROPAR (a "Companhia") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2012 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou por erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelo auditor e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou por erro.

Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

Base para opinião com ressalva - limitação de escopo

A Companhia tem investimento na EMAE – Empresa Metropolitana de Águas e Energia S.A., uma coligada avaliada pelo método de equivalência patrimonial, cujo saldo em 31 de dezembro de 2012 é de R\$ 9.182 mil e o prejuízo produzido pela participação da Companhia no prejuízo da EMAE - Empresa Metropolitana de Águas e Energia S.A. no exercício é de R\$ 1.777 mil. Não obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente em relação ao saldo desse investimento em 31

de dezembro de 2012 e ao prejuízo por ela produzido no exercício findo nessa data, em virtude de não termos tido acesso às informações financeiras, à administração e aos auditores independentes da EMAE – Empresa Metropolitana de Águas e Energia S.A., sendo que essa coligada é afetada pelos efeitos da Lei 12.783/13 referente a renovação de concessões. Consequentemente, não foi praticável determinar se algum ajuste seria necessário nas demonstrações financeiras da Companhia, caso tivéssemos obtido evidência de auditoria.

Opinião com ressalva

Em nossa opinião, exceto pelos possíveis efeitos do assunto descrito no parágrafo "Base para opinião com ressalva - limitação de escopo", as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Eletrobrás Participações S.A. - ELETROPAR em 31 de dezembro de 2012, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Ênfase

Conforme mencionado na nota explicativa 9, a investida CTEEP possui ativo referente a investimentos de transmissão no montante de R\$ 1.490.986 mil (efeito na ELETROPAR - R\$ 9.766 mil) que foi determinado com base em premissas da administração da investida e que será ainda objeto de homologação por parte do órgão regulador. Nossa opinião não está ressalvada em virtude desse assunto.

Outros assuntos

Informação suplementar - demonstração do valor adicionado

Examinamos também a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012, preparada sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, exceto pelos possíveis efeitos do assunto descrito no parágrafo "Base para opinião com ressalva - limitação de escopo", está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Rio de Janeiro, 26 de março de 2013.

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5 "F" RJ

Guilherme Naves Valle
Contador CRC 1MG070614/O-5 "S" RJ

Alexandre Vinicius Ribeiro de Figueiredo
Contador CRC 1RJ092563/O-1



DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Declaramos, em atendimento à Instrução CVM nº 480, de 7 de dezembro de 2009, que revisamos, discutimos e concordamos com as Demonstrações Financeiras da Eletrobrás Participações S.A. – ELETROPAR, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012, tendo sido tomada a decisão no sentido de sua aprovação em reunião realizada em 26 de março de 2013.

Rio de Janeiro, 26 de março de 2013.

Marcelo Lobo de Oliveira Figueiredo
Diretor Presidente

Jorge José Teles Rodrigues
Diretor Superintendente e de Relações com Investidores

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE O RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Declaramos, em atendimento à Instrução CVM nº 480, de 7 de dezembro de 2009, que revisamos, discutimos e concordamos com as opiniões expressas no relatório dos auditores independentes da Companhia – PricewaterhouseCoopers, emitido sobre as Demonstrações Financeiras da Eletrobrás Participações S.A. – ELETROPAR, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012, em reunião realizada em 26 de março de 2013.

Rio de Janeiro, 26 de março de 2013.

Marcelo Lobo de Oliveira Figueiredo
Diretor Presidente

Jorge José Teles Rodrigues
Diretor Superintendente e de Relações com Investidores

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os membros do Conselho Fiscal da Eletrobrás Participações S.A. – ELETROPAR, em cumprimento ao disposto nos incisos II e VII, do Artigo 163, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, em reunião realizada das 10h às 17h de hoje, examinaram o Relatório da Administração; o Balanço Patrimonial; a Demonstração do Resultado do Exercício; a Demonstração do Resultado Abrangente; a Demonstração dos Fluxos de Caixa; a Demonstração do Valor Adicionado; a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido; as Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras, aprovados pelo Conselho de Administração em reunião realizada às 14h desta mesma data, bem como o Relatório dos Auditores Independentes, elaborado pela PricewaterhouseCoopers, em 26 de março de 2013, tudo relativo ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2012.

O Conselho concluiu que os documentos se encontram em condições de ser submetidos à deliberação dos acionistas em Assembleia Geral Ordinária, observados os seguintes pontos:

1 - Ratificação da ressalva no Relatório dos Auditores Independentes PricewaterhouseCoopers, com o seguinte teor: **"Base para opinião com ressalva - limitação de escopo"** - A Companhia tem investimento na EMAE - Empresa Metropolitana de Águas e Energia S.A., uma coligada avaliada pelo método de equivalência patrimonial, cujo saldo em 31 de dezembro de 2012 é de R\$ 9.182 mil e o prejuízo produzido pela participação da Companhia no prejuízo da EMAE - Empresa Metropolitana de Águas e Energia S.A. no exercício é de R\$ 1.777 mil. Não obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente em relação ao saldo desse investimento em 31 de dezembro de 2012 e ao prejuízo por ela produzido no exercício findo nessa data, em virtude de não termos tido acesso às informações financeiras, à administração e aos auditores independentes da EMAE - Empresa Metropolitana de Águas e Energia S.A., sendo que essa coligada é afetada pelos efeitos da Lei 12.783/13 referente a renovação das concessões. Consequentemente, não foi praticável determinar se algum ajuste seria necessário nas demonstrações financeiras da Companhia, caso tivéssemos obtido evidência de auditoria.

Opinião com ressalva - Em nossa opinião, exceto pelos possíveis efeitos do assunto descrito no parágrafo "Base para opinião com ressalva - limitação de escopo", as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Eletrobrás Participações S.A. - ELETROPAR em 31 de dezembro de 2012, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

2 - Ratificação do parágrafo de ênfase no Relatório dos Auditores Independentes PricewaterhouseCoopers, relativo a investida CTEEP conforme segue: "Conforme mencionado na nota explicativa 9, a investida CTEEP possui ativo referente a investimentos de transmissão no montante de R\$ 1.490.986 mil (efeito na ELETROPAR - R\$ 9.766 mil) que foi determinado com base em premissas da administração da investida e que será ainda objeto de homologação por parte do órgão regulador. Nossa opinião não está ressalvada em virtude desse assunto".

Rio de Janeiro, 26 de março de 2013.

ANDRÉ DE SOSA VÉRRI

FERNANDA ELIAS PORTO

LUIZ MANOEL CLARO SOARES



Ministério de
Minas e Energia



www.eletrobraspar.com